



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



MENSAGEM Nº 73/2021

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 1365/2021
Data: 26/05/2021 - Horário: 09:50
Legislativo - PLO 98/2021

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Valemo-nos da presente Mensagem para encaminhar a esta Colenda Casa Legislativa o anexo Projeto de Lei, visando à contratação temporária de farmacêuticos, atendentes de farmácia, fisioterapeutas e motoristas, destinados ao suprimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

A contratação proposta tem como fundamentos legais o art. 37, IX¹, da Constituição Federal e a Lei Complementar Municipal nº 60/2021, que dispõe sobre a contratação de pessoal temporário para atender excepcional interesse público.

As contratações propostas têm como justificativas:

1ª) a necessidade urgente da Secretaria Municipal de Saúde de contratação destes profissionais de saúde para atuação junto à Unidade de Pronto Atendimento - UPA, Unidades Básicas de Saúde, Centro de Abastecimento Farmacêutico – CAF e Central de Abastecimento da Saúde - CAS;

2ª) necessidade de dar continuidade aos serviços essenciais do Município, e os mencionados cargos é indispensável para o funcionamento dos serviços e atendimentos da Secretaria Municipal de Saúde, sendo necessária a contratação temporária para suprir atual deficiência nos quadros funcionais.

3ª) aumento significativo da demanda de atendimentos em virtude da Pandemia da COVID-19;

4ª) aumento significativo de pacientes suspeitos e positivados em monitoramento;

¹ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;



MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



5ª) o município possui um fisioterapeuta e os farmacêuticos concursados já estão lotados em funções específicas para profissionais com curso superior em Farmácia. Embora o quadro de profissionais efetivos esteja completo, em virtude da pandemia e em caráter temporário, há carência de pessoal para atender a demanda existente;

6ª) em virtude dos pacientes que são internados na UPA 24h e da necessidade de acompanhamento dos pacientes pós COVID-19, há necessidade de mais profissionais para suprir a demanda de fisioterapeutas existentes;

7ª) para o atendimento das farmácias, da UPA 24h, da CAS e do CAF, durante todo o horário de funcionamento, deve-se ter um profissional farmacêutico e um atendente de farmácia, visando cumprir a Deliberação nº 914/2017 do Conselho Regional de Farmácia do Paraná – CRF/PR, que dispõe sobre a Assistência Técnica Farmacêutica nos estabelecimentos Farmacêuticos Públicos;

8ª) em razão das especificidades com relação ao tipo de CNH, há falta de motoristas para o transporte de usuários e para a ambulância na Unidade de Pronto Atendimento - UPA.

Outrossim, ressaltamos que a Lei Complementar Federal nº 173/2020, em seu art. 8º, IV, permite a contratação temporária de pessoal nos municípios afetados pela calamidade pública em razão da COVID-19:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

IV - admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia, de direção e de assessoramento que não acarretem aumento de despesa, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, as contratações de temporários para prestação de serviço militar e as contratações de alunos de órgãos de formação de militares;

Por derradeiro e para atendimento às disposições da Lei Complementar Federal nº 101/2000, que instituiu a Lei de Responsabilidade Fiscal, segue estudo do impacto financeiro das contratações propostas:



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



IMPACTO FINANCEIRO						
					IMPACTO COM ENCARGOS	
VAGAS	EMPREGO PÚBLICO	REMUNERAÇÃO (R\$)	AUX. ALIM. (R\$)	ENC. PREV. (R\$)	ANUAL (R\$)	MENSAL (R\$)
5	FARMACÊUTICO	20.939,15	222,82	2.931,48	330.080,28	27.506,69
4	FISIOTERAPÊUTA	11.903,20	222,82	1.666,45	188.956,81	15.746,40
5	ATENDENTE DE FARMÁCIA	8.194,25	445,64	1.147,20	134.083,06	11.173,59
6	MOTORISTA	9.785,82	222,82	1.370,01	155.887,57	12.990,63
TOTAL					809.007,73	67.417,31

Face ao exposto, na certeza da sensibilidade de Vossas Excelências quanto à necessidade premente que ora se apresenta, solicitamos a apreciação do presente Projeto de Lei em **regime de urgência urgentíssima**, solicitando, desde já, sejam convocadas sessões extraordinárias para a aprovação da presente proposição com a maior brevidade possível.

Contando com a aprovação do Projeto de Lei ora apresentado, antecipamos agradecimentos e renovamos votos de elevada estima e consideração.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, em 26 de maio de 2021.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI Nº 98/2021

Autoriza a contratação temporária em caráter emergencial através de Processo Seletivo Super Simplificado de Farmacêuticos, Atendentes de Farmácia, Fisioterapeutas e Motoristas, no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

Art. 1º Para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no art. 37, IX, da Constituição Federal e na Lei Complementar Municipal nº 60, de 17 de julho de 2014, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar pessoal para os empregos públicos definidos a seguir:

Emprego Público	Nº de vagas	Carga Horária Semanal	Salário (R\$)
Farmacêutico	5	40h	4.187,83
Atendente de Farmácia	5	40h	1.638,85
Fisioterapeuta	4	20h	2.975,80
Motoristas	6	40h	1.630,97

Art. 2º As contratações autorizadas por esta Lei servirão para garantir o suprimento de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e os contratos poderão ser celebrados pelo prazo de até 1 (um) ano, mediante a realização de Teste Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação.

§ 1º O Processo Seletivo Simplificado será feito por uma Comissão nomeada pelo Poder Executivo Municipal para tal fim.

§ 2º As condições, prazos, exigências e critérios para a seleção, bem como as atribuições previstas para a função, constarão no Edital do Processo Seletivo.

§ 3º Os contratados terão seu vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Art. 3º A contratação autorizada pela presente lei poderá ser rescindida antes do término do prazo de sua vigência, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


ROBSON CANTU
Prefeito Municipal



Projeto de Lei nº 98/2021

Autoria: Executivo Municipal

PARECER JURÍDICO

O Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 73/2021, propôs o projeto de lei em epígrafe numerado, que tem por finalidade obter autorização legislativa para a contratação temporária em caráter emergencial através de Processo Seletivo Super Simplificado de Farmacêuticos, Atendentes de Farmácia, Fisioterapeutas e Motoristas, no âmbito do Município de Pato Branco.

Fundamenta, basicamente, que a contratação dos profissionais listados visa atender às altas demandas urgentes decorrentes da pandemia provocada pela Covid-19, o que é de sabença de todos.

Preambularmente, friso que o presente projeto de lei foi-me distribuído hoje, 26, às 14:00h, de forma que a análise jurídica será breve, em razão da urgência cristalina que o caso impõe.

A proposição legislativa busca a contratação por Teste Seletivo Simplificado de profissionais ligados à saúde, para que se dê vazão à demanda desenfreada que o novo coronavírus desencadeou na saúde pública do Município, país e mundo.

Realmente é uma crise sanitária sem precedentes no mundo moderno, o que vem deixando os governantes em alerta, mormente frente às novas cepas que estão por chegar na região, conforme relatos técnicos.

O art. 27, IX, da Constituição do Estado do Paraná assim dispõe sobre o assunto:

Art. 27 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte: [...]

IX - lei complementar estabelecerá os casos de contratação, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, atendidos os seguintes princípios:

a) realização de teste seletivo, ressalvados os casos de calamidade pública; (redação dada pela Emenda Constitucional nº 02)

** Documento enviado eletronicamente através do SAPL **



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1544



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / procuradoriajuridica@patobranco.pr.leg.br





b) contrato com prazo máximo de dois anos;" (Redação dada pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000)

O concurso público é, pois, obrigatório na administração direta e indireta das três esferas de governo, a federal, a estadual e a municipal, e no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

De acordo com o inciso II do art. 37 da Constituição Federal de 1.988, *"a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração"*.

Vê-se, portanto, que tanto a Constituição Estadual quanto a Carta Magna deixam a cargo dos entes federados, mediante lei própria, disciplinar a exceção de contratação por meio de concurso público.

Pelo que se depreende das normas constitucionais acima transcritas, legislação de âmbito municipal deverá estabelecer os casos de contratação, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

É preciso lembrar, ainda, que a Constituição Federal determinou, no § 2º do mesmo art. 37, como sanção pela inobservância dessas normas, a nulidade do ato de contratação e a punição da autoridade responsável.

A nível local, foi aprovada a Lei Complementar nº 60, de 17 de julho de 2014, que disciplina as contratações de pessoal, por tempo determinado para atender excepcional interesse público, na forma estabelecida pela norma constitucional supracitada.

Sobre o tema em questão, Adilson Dallari identifica algo que a lei não poderá fazer. In verbis: *"Está absolutamente claro que não mais se pode admitir pessoal por tempo indeterminado, para exercer funções permanentes, pois o trabalho a ser executado precisa ser, também, eventual ou temporário, além do que a contratação somente se justifica para atender a um interesse público qualificado como excepcional, ou seja, uma situação extremamente importante, que não possa ser atendida de outra forma."* (Regime Constitucional dos servidores públicos, cit., p. 124) - Citação doutrinária retirada da obra Comentários à Constituição do Brasil - Editora Saraiva, pág. 97.

* Documento enviado eletronicamente através do SAPL *



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1544



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / procuradoriajuridica@patobranco.pr.leg.br





Conforme se vê da mensagem do Executivo, tem-se que contratação por prazo determinado pretendida é para fazer frente à demanda ocasionada pela Covid-19, vale dizer, para "*combater surtos epidêmicos*", o que se enquadra na hipótese do art. 2º, II, da LC nº 60/2014:

Art. 2º A contratação poderá ser efetivada mediante Teste Seletivo ou Teste Seletivo Simplificado, quando: [...]

II – combater surtos epidêmicos.

A autorização perquirida é para a contratação por meio de teste seletivo simplificado, como se vê do art. 2º, do projeto em análise. Neste sentido, o art. 4º, da LC nº 60/2014 assim permite:

Art. 4º As contratações previstas nos incisos I, II, V e VIII do artigo 2º desta Lei Complementar serão precedidas de Teste Seletivo Simplificado.

De mais a mais, é bom destacar que os casos excepcionais previstos na legislação municipal deve sempre atender ao princípio da razoabilidade, assim como já observou o Supremo Tribunal Federal em alguns julgados sobre o tema.

Ainda a respeito do assunto, transcrevemos abaixo citação doutrinária constante da obra Comentários à Constituição do Brasil - Editora Saraiva, págs. 102 e 103):

A necessidade a que alude o inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal deve, todavia, ser especialmente qualificada. Deve ser necessidade temporária de excepcional interesse público.

Assim deve ser qualificada a necessidade quando a contratação de pessoal por tempo determinado for indispensável para , como diz Celso Antônio Bandeira de Mello, "evitar o declínio do serviço ou para restaurar-lhe o padrão indispensável mínimo seriamente deteriorado pela falta de servidores" (...).

A necessidade é de excepcional interesse público quando for premente, imperiosa para que determinado serviço funcione em condições satisfatórias mínimas, seja ele essencial ou não.

Realizado o serviço deve cessar a relação de emprego para essa finalidade constituída, porque não mais necessários os servidores contratados.

* Documento enviado eletronicamente através do SAPL *



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1544



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / procuradoriajuridica@patobranco.pr.leg.br





De outra banda, da análise da Lei Complementar nº 173/2020, especificamente nas vedações constante do art. 8º, IV, tem-se que a legislação pôs à ressalva os casos de contratações temporárias de que trata o art. 37, IX, da CF, o que é justamente o caso em tela: Veja-se da redação:

Art. 8º Na hipótese de que trata o [art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#), a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de: [...]

IV - admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia, de direção e de assessoramento que não acarretem aumento de despesa, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, as contratações temporárias de que trata o [inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal](#), as contratações de temporários para prestação de serviço militar e as contratações de alunos de órgãos de formação de militares.

Outrossim, o Executivo Municipal, de forma diligente, trouxe o respectivo impacto financeiro que as contratações trarão ao orçamento municipal. Contudo, os números referem-se ao impacto anual, na medida em que a Lei de Responsabilidade Fiscal traz, em tese, a exigência de *estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes*, conforme art. 16, I¹.

Inobstante, a já mencionada Lei Complementar nº 173/2020, ao conferir nova redação do art. 65, da Lei Complementar nº 101/2000, dispôs que durante a calamidade pública reconhecida pelo Poder Legislativo serão afastadas as condições e as vedações previstas nos arts. 14, 16 e 17, da LC nº 101/2000, quanto à criação de incentivo, benefício ou despesa que sejam destinados ao combate à calamidade pública.

Neste sentido, é a redação do art. 65, §1º, III, da LC nº 101/2000:

Art. 65. Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembléias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação:

¹ Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

* Documento enviado eletronicamente através do SAPL *





§ 1º Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, nos termos de decreto legislativo, em parte ou na integralidade do território nacional e enquanto perdurar a situação, além do previsto nos incisos I e II do caput:

[...]

III - serão afastadas as condições e as vedações previstas nos arts. 14, 16 e 17 desta Lei Complementar, desde que o incentivo ou benefício e a criação ou o aumento da despesa sejam destinados ao combate à calamidade pública.

Importante salientar, por fim, que o inciso III, do art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 60/2014 determinou que para os casos de contratação temporária para *combater surtos epidêmicos*, o Executivo fica obrigado do *envio de relação dos contratados para acompanhamento e fiscalização do Poder Legislativo Municipal*

Feitas essas considerações, entendo que o projeto se encontra apto para sua normal tramitação regimental.

É o parecer, em cinco laudas.

Pato Branco, 26 de maio de 2021, às 15:00h.

LUCIANO BELTRAME
Procurador Legislativo

* Documento enviado eletronicamente através do SAPL *



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1544



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / procuradoriajuridica@patobranco.pr.leg.br





CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



GABINETE DO VEREADOR LINDOMAR RODRIGO BRANDÃO – DEM

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 1378/2021
Data: 27/05/2021 - Horário: 14:49
Legislativo - PCOF 51/2021

TIPO DE MATÉRIA: Projeto de Lei Ordinária nº 98/2021

EMENTA: Autoriza a contratação temporária em caráter emergencial através de Processo Seletivo Super Simplificado de Farmacêuticos, Atendentes de Farmácia, Fisioterapeutas e Motoristas, no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

AUTOR: Executivo Municipal.

DATA DO PROTOCOLO DA MATÉRIA: 26 de maio de 2021

RELATOR: Lindomar Rodrigo Brandão

I - RELATÓRIO

O projeto em questão, de autoria do Executivo Municipal visa autorização para contratação temporária em caráter emergencial através de Processo Seletivo Super Simplificado de Farmacêuticos, Atendentes de Farmácia, Fisioterapeutas e Motoristas, no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

Em justificativa, o Executivo informa a necessidade urgente da Secretaria Municipal de Saúde de contratação destes profissionais, para atuarem junto a UPA, Unidades Básicas de Saúde, Centro de Abastecimento Farmacêutico - CAF e Central de Abastecimento da Saúde - CAS.

Segundo informações constantes na mensagem encaminhada a essa Casa de Leis, a urgência ocorre devido ao aumento da demanda por atendimentos, sendo que os profissionais lotados na Secretaria de Saúde não são suficientes para o serviço ofertado.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272-1504 / 3272 - 1520



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / vereadorbrandao@patobranco.pr.leg.br





Deve-se levar em consideração que o quadro de profissionais efetivos atualmente está completo, todavia com o maior número de atendimentos e acompanhamento de pacientes, se faz necessário a admissão de maior número de servidores.

Além disso, no que se refere especificamente ao profissional de farmácia, a Deliberação nº 914/2017 do Conselho Regional de Farmácia do Paraná - CRF/PR, prevê que durante todo o horário de funcionamento dos estabelecimentos de saúde, deve-se haver a presença do profissional farmacêutico e de um atendente de farmácia, diante disso, é fundamental a contratação dos mesmos.

Outro ponto citado são as especificidades com relação ao tipo de CNH necessária para os motoristas lotados na Secretaria de Saúde, e portanto, indispensável a aprovação com urgência do projeto em tela.

II - ANÁLISE

O Parecer Jurídico dessa Casa de Leis, informa que o concurso público é obrigatório na administração direta e indireta das três esferas de governo, mas que, contratações temporárias podem ser efetivadas e estabelecidas pela municipalidade, levando em consideração a necessidade momentânea e o interesse público.

Para isso, no município foi sancionada em 2014 a Lei Complementar nº 60, a qual trata de contratações de pessoal temporário para atender excepcionalmente o interesse público.

Deve-se levar em consideração também, que a Lei Complementar Federal nº 173/2020, permite contratações temporárias em municípios afetados pela Pandemia, o que é o caso de Pato Branco.

O impacto financeiro para contratação dos 5 farmacêuticos, 4 fisioterapeutas, 5 atendentes de farmácia e 6 motoristas, terão um custo mensal de R\$ 67.417,31 (sessenta e sete mil quatrocentos e dezassete reais e trinta e um centavos), totalizando no final do período de um ano o valor de R\$ 809.007,73 (oitocentos e nove mil sete reais setenta e três centavos).





Por fim, conforme a Lei Complementar Municipal nº 60/2014, após essas contratações temporárias serem concretizadas, "o Executivo fica obrigado do envio de relação dos contratados para acompanhamento e fiscalização do Poder Legislativo Municipal".

III - VOTO DO RELATOR

Após análise do projeto, compreendo que o mesmo encontra-se apto a seguir seu trâmite normal, opto por exarar **PARECER FAVORÁVEL** à sua tramitação por esta Casa de Leis.

Pato Branco, 27 de maio de 2021.


Lindomar Rodrigo Brandão
Presidente - Relator

IV - CONCLUSÃO

Os membros da Comissão de Orçamento e Finanças, conforme dispõe o inciso I do art. 51 do Regimento Interno, analisaram a matéria na sua íntegra, inclusive os documentos referentes, e exararam o **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei Ordinária nº 98/2021 de forma urgente, tendo em vista que o mesmo ingressou na Comissão dia 26 de maio.


Marcos Junior Marini
Membro


Rafael Celestrin
Membro





**CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO**



GABINETE DO VEREADOR THANIA CAMINSKI – DEM

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 1379/2021
Data: 27/05/2021 - Horário: 15:14
Legislativo - PCRJ 35/2021

TIPO DE MATÉRIA: Projeto de Lei Ordinária nº 98/2021

EMENTA: Autoriza a contratação temporária em caráter emergencial através de Processo Seletivo Super Simplificado de Farmacêuticos, Atendentes de Farmácia, Fisioterapeutas e Motoristas, no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

AUTOR: Executivo Municipal.

DATA DO PROTOCOLO DA MATÉRIA: 26 de maio de 2021

RELATOR: Thania Caminski

I - RELATÓRIO

O projeto em questão, de autoria do Executivo Municipal visa autorização para contratação temporária em caráter emergencial através de Processo Seletivo Super Simplificado de Farmacêuticos, Atendentes de Farmácia, Fisioterapeutas e Motoristas, no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

Em justificativa, a urgência da tramitação do Projeto ocorre devido ao aumento da demanda por atendimentos, sendo que os profissionais que hoje atuam na Secretaria de Saúde não são suficientes para a demanda verificada nas Unidades Básicas de Saúde, no UPA, no Centro de Abastecimento Farmacêutico - CAF e na Central de Abastecimento da Saúde - CAS.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1511



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / vereadorathania@patobranco.pr.leg.br





CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



Cita ainda em justificativa que a Lei Complementar Federal nº 173/2020, autoriza a contratação temporária de pessoal nos municípios afetados pela calamidade pública em razão da COVID-19, caso verificado em nosso Município.

O Parecer Jurídico dessa Casa de Leis, informa que após análise da matéria em regime de urgência, entende que o projeto se encontra apto para sua normal tramitação regimental.

II - VOTO DO RELATOR

Após análise do projeto, compreende-se que o mesmo encontra-se apto a seguir seu trâmite normal, optamos por exarar **PARECER FAVORÁVEL** à sua aprovação por esta Casa de Leis.

Pato Branco, 27 de maio de 2021.



Thania Caminski
Relatora

III - CONCLUSÃO

Os membros da Comissão de Justiça e Redação, exaram **parecer FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei Ordinária nº 98/2021.



Romulo Faggion
Membro



Dirceu Luiz Boaretto
Membro



Claudemir Zanço
Membro



Eduardo Albani Dala Costa
Membro

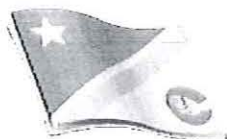


Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná

(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1511

<http://www.patobranco.pr.leg.br> / vereadorathania@patobranco.pr.leg.br





PARECER DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 1381/2021
Data: 28/05/2021 - Horário: 10:16
Legislativo - PCPP 17/2021

TIPO DE MATÉRIA: PROJETO DE LEI Nº 98/2021

EMENTA: Autoriza a contratação temporária em caráter emergencial através de Processo Seletivo Super Simplificado de Farmacêuticos, Atendentes de Farmácia, Fisioterapeutas e Motoristas, no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

AUTOR: Executivo Municipal

DATA DO PROTOCOLO DA MATÉRIA: 26/05/2021

RELATOR: Marcos Marini

I – RELATÓRIO E ANÁLISE

O Projeto em questão, de autoria do Executivo Municipal, busca junto esta Casa de Leis, autorização para contratação temporária em caráter emergencial através de Processo Seletivo Super Simplificado de Farmacêuticos, Atendentes de Farmácia, Fisioterapeutas e Motoristas, no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências, conforme mensagem nº 73/2021.

Ressaltamos que o PL encontra amparo legal conforme: art. 37, IX1, da Constituição Federal e a Lei Complementar Municipal nº 60/2021, que dispõe sobre a contratação de pessoal temporário para atender excepcional interesse público, sendo assim, busca o executivo autorização para a contratação temporária por um prazo de até 01(um) ano, mediante Teste Seletivo Simplificado dos profissionais abaixo elencados:

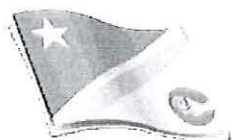


Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná

(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1528

<http://www.patobranco.pr.leg.br> / vereadormarini@patobranco.pr.leg.br





Emprego Público	Nº de Vagas	Carga Horária Semanal	Salário (R\$)
Farmacêutico	5	40h	4.187,83
Atendente de Farmácia	5	40h	1.638,85
Fisioterapeuta	4	20h	2.975,80
Motoristas	6	40h	1.630,97

Em sua justificativa o Executivo evidencia, a necessidade urgente da Secretaria Municipal de Saúde na contratação desses profissionais para atuarem junto à Unidade de Pronto atendimento - UPA, Unidades Básicas de Saúde, Centro de Abastecimento Farmacêuticos e Central de Abastecimento da Saúde, para dar continuidade aos serviços essenciais do Município.

Adicionalmente, também justifica-se que houve aumento significativo da demanda de atendimento em virtude da Pandemia, e também o fato da necessidade de acompanhamento dos pacientes pós COVID por profissionais fisioterapeutas.

Com referencia ao atendimento nas farmácias, devido ao aumento de demanda apresentada, evidencia que este atendimento deve ter profissionais farmacêuticos e atendente de farmácia, visando cumprir a Deliberação Nº 914/2017 do Conselho Regional de Farmácia do Paraná - CRF/PR.

Outro ponto citado, são as especificidades com relação ao tipo de CNH necessária para os motoristas lotados na Secretaria de Saúde, e, portanto, indispensável a aprovação com urgência do projeto em tela.

O Parecer Jurídico dessa Casa de Leis, informa que o concurso público é obrigatório na administração direta e indireta das três esferas de governo, mas que, contratações temporárias podem ser efetivadas e estabelecidas pela municipalidade, levando em consideração a necessidade momentânea e o interesse público. Para isso, no município foi sancionada em 2014 a Lei Complementar nº 60, a qual trata de contratações de pessoal temporário para atender excepcionalmente o interesse público. Deve-se levar em consideração também, que a Lei Complementar Federal nº 173/2020, permite





contratações temporárias para profissionais que venham a atuar em municípios afetados pela Pandemia, o que é o caso de Pato Branco.

Quanto ao impacto financeiro apresentado pelo executivo, segundo estudo para contratação desses profissionais o município terá um custo mensal de R\$ 67.417,31 (sessenta e sete mil quatrocentos e dezassete reais e trinta e um centavos), totalizando no final do período de um ano o valor de R\$ 809.007,73 (oitocentos e nove mil sete reais setenta e três centavos).

Vale salientar que conforme Parecer Jurídico desta Casa de Leis, a Lei Complementar nº 173/2020, ao conferir nova redação do art. 65, da Lei Complementar nº 101/2000, dispôs que durante a calamidade pública reconhecida pelo Poder Legislativo serão afastadas as condições e as vedações previstas nos arts. 14, 16 e 17, da LC nº 101/2000, quanto à criação de incentivo, benefício ou despesa que sejam destinados ao combate à calamidade pública, ou seja, é dispensada nesse caso, a apresentação de ordenamento de despesa por parte do executivo.

Por fim, a Assessoria Jurídica desta Casa salienta que o inciso III, do art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 60/2014 determinou que para os casos de contratação temporária para combater surtos epidêmicos, o Executivo fica obrigado do envio de relação dos contratados para acompanhamento e fiscalização do Poder Legislativo Municipal.

Foi analisada a matéria na sua íntegra, inclusive os documentos anexados referentes, e exarado o Parecer.



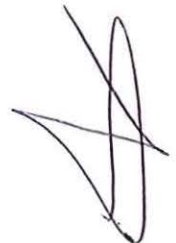
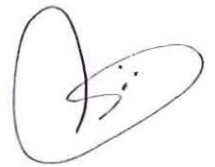


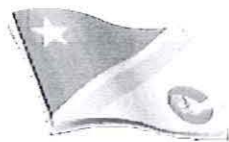
II - VOTO DO RELATOR

Após análise criteriosa do projeto, e com base no parecer da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal, opto por exarar **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto Nº 98/2021 do Executivo Municipal à sua aprovação por esta Casa de Leis.

Pato Branco, 27 de maio de 2021.


Marcos Marini
Vereador Podemos
Relator





I - CONCLUSÃO –

Os membros da Comissão de Políticas Públicas, conforme dispõe o inciso I do art. 51 do Regimento Interno, exaram **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei Nº 98/2021.

Pato Branco, 27 de maio de 2021.



Januário Koslinski
Membro



Maria Gristina de Oliveira Rodrigues Hamera
Membro



Legislativo aprova pagamento de verba indenizatória e contratação de PSS para a Saúde

Cristina Vargas

cristina@diariosudoeste.com.br

A Câmara Municipal de Pato Branco aprovou em primeira votação, na sessão dessa segunda-feira (31), dois projetos de lei que favorecem e amenizam a situação preocupante em que se encontram os servidores públicos municipais da área da Saúde, principalmente os que atuam na linha de frente no combate ao covid-19, na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24h, em Pato Branco.

Na quinta-feira passada (27), o presidente do Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos Municipais de Pato Branco – SINDSERVE, Alberi Giacomelli, protocolou ofício junto ao Legislativo expondo relatos de servidores sobre a situação precária do sistema de Saúde e as atuais condições de trabalho relativas à UPA 24h. O documento encaminhado pelo sindicato solicitava a adoção de medidas pelo Executivo Municipal.

De acordo com Giacomelli, diversos servidores entraram em contato para

relatar as condições atuais de trabalho. "Constam das informações que a UPA 24h está sem servidores suficientes para atendimento da população, sendo que as escalas estão contando com apenas sete assistentes em saúde e cinco enfermeiros, sendo que o mínimo ideal é a atuação conjunta de dez assistentes em saúde e sete enfermeiros, sendo que a farmácia precisa de ao menos dois assistentes e a recepção precisa de um".

Segundo o ofício enviado pelo sindicato, a situação irá piorar nos próximos dias, pois diversos servidores lotados naquela unidade positivaram para covid-19 e estarão ausentes por, no mínimo, 14 dias.

"Necessário e urgente, portanto, que sejam adotadas medidas para a contratação de pessoal que possa imediatamente laborar na UPA 24h, seja através de PSS ou de contratação de pessoas jurídicas especializadas. Em razão de diversos servidores vacinados estarem sendo contaminados e positando para covid-19, faz-se necessária nova sorologia naqueles lotados



Os projetos de lei que favorecem a Saúde foram aprovados na sessão dessa segunda-feira (31)

no UPA para verificação da imunidade. Caso não se verifique a imunização, devem os mesmos ser vacinados novamente", destacou o documento.

O presidente do sindicato ressaltou que dos relatos também se verificou a inexistência de segurança no local e a urgência do pa-

gamento do auxílio-covid, já que diversos servidores estavam cogitando a ideia de greve, por estarem exaustos.

Projetos aprovados

Na sessão dessa segunda-feira (31) foi aprovado em primeira votação, por unanimidade, o Projeto de Lei Ordinária nº 72

de 2021, de autoria de Executivo Municipal, que autoriza o pagamento de verba indenizatória excepcional e temporária para servidores municipais que exercem atividades de combate à Pandemia da Covid-19.

A vereadora Maria Cristina Hamera (PV) ressaltou que além dos servidores da

Saúde, também serão beneficiados os servidores que atuam no Departamento Municipal de Trânsito de Pato Branco (Depatran), por também atuarem na linha de frente no combate ao covid-19, ajudando na fiscalização.

Os vereadores solicitaram ao Executivo Municipal que a verba indenizatória seja paga o quanto antes, em folha complementar, e que a partir de julho entre em fluxo contínuo, enquanto durar a pandemia.

Contratação temporária

Também foi aprovada em primeira votação, por unanimidade, o Projeto de Lei Ordinária nº 98 de 2021, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza a contratação temporária em caráter emergencial através de Processo Seletivo Super Simplificado (PSS) de Farmacêuticos, Atendentes de Farmácia, Fisioterapeutas e Motoristas, no âmbito do Município de Pato Branco.

Secretária de Saúde e diretor da Vigilância Sanitária vão à Câmara explicar 'baile teste'



O diretor de Vigilância em Saúde de Pato Branco, Rodrigo Bertol, e a secretária municipal de Saúde, Lilian Cristina Brandalise

Cristina Vargas

cristina@diariosudoeste.com.br

Participaram como convidados na sessão ordinária dessa segunda-feira (31), a secretária municipal de Saúde de Pato Branco, Lilian Cristina Brandalise, e o diretor de Vigilância em Saúde, Rodrigo Bertol.

Eles foram convidados pelos vereadores Januário Koslinski (PSDB), Lindomar Rodrigo Brandão (DEM), Marcos Junior Marini (Podemos), Rafael Celestrin (PSD) e Romulo Faggion (PSL) para falar sobre a Portaria nº 3, de 23 de abril de 2021, a qual dispõe sobre medidas excepcionais para realização de eventos em Pato Branco.

Bertol explicou como funcionou o 'baile teste', realizado no dia 9 de maio, em Pato Branco. Segundo ele, o objetivo foi avaliar a efetividade, na prática adequada das medidas sanitárias, aplicadas em um quantitativo de público, mantendo o distanciamento seguro, uso de máscara, sanitização das mãos, aferição da tempera-

tura, tapetes sanitizantes, entre outros.

"Após o baile foi feita a busca ativa dos participantes. No dia 10 de maio foi entregue na Vigilância Sanitária as listas dos 406 presentes no evento, sendo 16 colaboradores e 390 clientes. Foram contatados 85,71% dos participantes. Posteriormente fizemos um comparativo entre a lista de participantes e a lista dos pacientes positivados. Não tivemos nenhum retorno de contaminados. Nessa semana fizemos contato com 10% dessas pessoas e não obtivemos sintomatologia. Tivemos duas pessoas que apresentaram sintomas e foram contatadas através da 7ª Regional de Saúde, mas já havia passado 16 dias desde o baile. Subintende-se que no baile não ocorreu nenhum problema muito significativo sobre o processo", ressaltou Bertol.

Outro estudo piloto

O vereador Marini (Podemos) questionou se há previsão de ser realizado

mais algum estudo piloto, como foi feito o do baile, mas para outros setores da área de eventos, quando passar essa terceira onda da covid. Bertol explicou que será estudado, porque é uma necessidade encontrar alternativas para esse setor.

O vereador Romulo Faggion (PSL) perguntou se ao invés de baile não teria sido melhor ter feito outro tipo de evento, como um casamento, por exemplo. Bertol ressaltou que alguns casamentos foram liberados, mas os bailes estão suspensos há mais de um ano, e é preciso olhar para esse segmento.

A vereadora Thania Maria Caminski Gehlen (DEM) pediu mais atenção aos pequenos mercados da cidade, cujos proprietários estão sendo prejudicados com as medidas restritivas de funcionamento impostas pelo último decreto municipal. Bertol explicou que o município está seguindo o decreto do Estado, mas que vai avaliar o pedido futuramente.

Dr. Leandro Peyneau
UROLOGIA CRM PR 24883 | RQE 701 - 15292 - 21410

- > Laser para tratamento do cálculo renal
- > Doenças da próstata e aparelho urinário
- > Cirurgias por endoscopia e vídeo-laparoscopia
- > Tratamento da impotência sexual e infertilidade
- > Estudo urodinâmico.

UROVITA
Centro Avançado de Urologia

46 3025-4740 - Ed. Centro Médico Dr. Silvio Vidal,
Rua Dr. Silvio Vidal, 175 - 1º Andar - Sla 101 - Pato Branco - PR



PROJETO DE LEI Nº 98/2021

Autoriza a contratação temporária em caráter emergencial através de Processo Seletivo Super Simplificado de Farmacêuticos, Atendentes de Farmácia, Fisioterapeutas e Motoristas, no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

Art. 1º Para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no art. 37, IX, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 60, de 17 de julho de 2014, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar pessoal para os empregos públicos definidos a seguir:

Emprego Público	Nº de vagas	Carga Horária Semanal	Salário (R\$)
Farmacêutico	5	40h	4.187,83
Atendente de Farmácia	5	40h	1.638,85
Fisioterapeuta	4	20h	2.975,80
Motoristas	6	40h	1.630,97

Art. 2º As contratações autorizadas por esta Lei servirão para garantir o suprimento de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e os contratos poderão ser celebrados pelo prazo de até 1 (um) ano, mediante a realização de Teste Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação.

§ 1º O Processo Seletivo Simplificado será feito por uma Comissão nomeada pelo Poder Executivo Municipal para tal fim.

§ 2º As condições, prazos, exigências e critérios para a seleção, bem como as atribuições previstas para a função, constarão no Edital do Processo Seletivo.

§ 3º Os contratados terão seu vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Art. 3º A contratação autorizada pela presente lei poderá ser rescindida antes do término do prazo de sua vigência, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 5.767, DE 2 DE JULHO DE 2021

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 5.767, DE 2 DE JULHO DE 2021

Autoriza a contratação temporária em caráter emergencial através de Processo Seletivo Super Simplificado de Farmacêuticos, Atendentes de Farmácia, Fisioterapeutas e Motoristas, no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no art. 37, IX, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 60, de 17 de julho de 2014, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar pessoal para os empregos públicos definidos a seguir:

Emprego Público	Nº de vagas	Carga Horária Semanal	Salário (R\$)
Farmacêutico	5	40h	4.187,83
Atendente de Farmácia	5	40h	1.638,85
Fisioterapeuta	4	20h	2.975,80
Motoristas	6	40h	1.630,97

Art. 2º As contratações autorizadas por esta Lei servirão para garantir o suprimento de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e os contratos poderão ser celebrados pelo prazo de até 1 (um) ano, mediante a realização de Teste Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação.

§ 1º O Processo Seletivo Simplificado será feito por uma Comissão nomeada pelo Poder Executivo Municipal para tal fim.

§ 2º As condições, prazos, exigências e critérios para a seleção, bem como as atribuições previstas para a função, constarão no Edital do Processo Seletivo.

§ 3º Os contratados terão seu vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Art. 3º A contratação autorizada pela presente lei poderá ser rescindida antes do término do prazo de sua vigência, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 2 de junho de 2021.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador: 1971C5AD

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 04/06/2021. Edição 2277

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PORTARIA

Nº PORTARIA	NOME	ASSUNTO	DATA
720	MARIO LUIS CAVALHEI	CONCEDE LICENÇA SEM	25/05/2021
729	JOAO EDEMAR FERNANDES JUNG	INSUBORDINACAO	31/05/2021
736	ADRIANO LUZ BASSO E OUTROS	CONCEDE GRATIFICACAO DE FUNCAO	31/05/2021
739	PREFEITO MUNICIPAL	ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	31/05/2021
742	GESELE NASCIMENTO CUNHA MARCONSON	PERIODOLOGIA	31/05/2021

A publicação na íntegra do (a) ato (a) acima, encontra (a)ba disponível (a) no seguinte endereço eletrônico: www.diariomunicipal.com.br/pato-branco - Edição do dia 03 de junho de 2021, respectivamente, conforme Lei Complementar nº 70, de 06 de julho de 2017.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 5.783, DE 2 DE JULHO DE 2021

Autoriza o Executivo Municipal a contratar servidor por prazo determinado, mediante a contratação de Teste Sólido Simplificado - PSS.

ACÂMARA MUNICIPAL DE Pato Branco, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal a contratar servidor por prazo determinado, mediante a contratação de Teste Sólido Simplificado - PSS.

QUANTIDADE DE VAGAS	EMPREGO PÚBLICO	CARGA-HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO
01	4239993	40 horas	R\$ 3.127,83

Art. 2º O contrato de trabalho terá seu início empossamento no dia da homologação das Leis do Trabalho - CLT e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 2 de junho de 2021.
ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 5.784, DE 2 DE JULHO DE 2021

Autoriza o pagamento de verba indenizatória excepcional e temporária para servidores municipais que estiverem atuando de combata à Pandemia da COVID-19.

ACÂMARA MUNICIPAL DE Pato Branco, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar o pagamento de verba indenizatória excepcional e temporária, aos servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde ou designados mediante Portaria para a execução de atividades de combate à Pandemia da COVID-19.

Art. 2º A verba indenizatória de caráter temporário de que trata esta Lei é fixada no valor mensal de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a serem pagos na folha de pagamento dos servidores públicos que forem lotados no atendimento de que trata esta Lei, a partir da data de sua publicação.

Art. 3º A remuneração para pagamento da verba indenizatória, vigorará por 06 (seis) meses, contados a partir da publicação desta Lei, a partir da data de sua publicação, prorrogando-se, na hipótese de haver disponibilidade orçamentária, mediante ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Saúde, Encarregado do Departamento de Recursos Humanos a seleção dos servidores que estiverem atuando de combata à Pandemia da COVID-19.

Art. 5º Compete ao Prefeito Municipal autorizar o Departamento de Recursos Humanos a realizar o pagamento da verba indenizatória de que trata esta Lei, mediante publicação de Portaria com a relação dos servidores beneficiários.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão às expensas de rubrica orçamentária própria, inscrita no Orçamento Geral do Município, suplementada se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 4 de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 2 de junho de 2021.
ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 5.787, DE 2 DE JULHO DE 2021

Autoriza a contratação temporária em caráter emergencial através do Processo Sólido Super Simplificado de Fornecedores, para atender a demanda de materiais, no âmbito do Município de Pato Branco e de outras providências.

ACÂMARA MUNICIPAL DE Pato Branco, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme fundamento no art. 17, III, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 60, de 17 de julho de 2014, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar pessoal para os empregos públicos de acordo com o seguinte:

Emprego Público	Nº de vagas	Carga Horária Semanal	Salário (R\$)
Farmacêutico	5	40h	4.127,83
Atendente de Farmácia	5	40h	1.638,55
Farmacêutico	4	20h	2.975,80
Motoristas	6	40h	1.630,97

Art. 2º As contratações autorizadas por esta Lei, serão para o período de 06 (seis) meses, a contar da publicação desta Lei, podendo ser prorrogada por igual período, mediante ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º O contrato de trabalho terá seu início empossamento no dia da homologação das Leis do Trabalho - CLT e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 2 de junho de 2021.
ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
ATA DE PARECER TÉCNICO DE EMPRESA
VIEIRA E VIEIRA CLÍNICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA LTDA
CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2019

Aos 18 (dezoito) dias do mês de maio do ano de 2021, às 16h30min, na sala de Abertura e de Licitações da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pato Branco - Estado do Paraná, localizada na Rua Paraná, nº 1605, Centro, CEP. 85.501-025 reuniram-se os membros da Comissão de Vistoria, que subscrevem a presente ata ao final, para certificarem a documentação da análise técnica da capacidade instalada da empresa VIEIRA E VIEIRA CLÍNICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA LTDA, CNPJ 11.524.073/0001-07, tem por objeto o chamamento para credenciamento de instituições privadas prestadoras de Serviços em Apoio a Diagnóstico e Terapia. Depois de acatado o Parecer Técnico emitido pela Comissão de Vistoria, nomeada pela Portaria 200/2021, registrou-se que a empresa VIEIRA E VIEIRA CLÍNICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA LTDA, CNPJ 11.524.073/0001-07, está apta a prestação de serviços. Encaminha-se para contratação a documentação da empresa VIEIRA E VIEIRA CLÍNICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA LTDA, CNPJ 11.524.073/0001-07, conforme quantidades, serviços e valores constantes na proposta. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão, que depois de lida e aprovada, foi assinada pelos participantes da sessão Gracieli Aniani Avila; Sabrina P. Rigon; Medianeira S. Pernanguá - Membros

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
ATA DE PARECER TÉCNICO DE EMPRESA
VIEIRA E VIEIRA CLÍNICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA LTDA
CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2019

Aos 18 (dezoito) dias do mês de maio do ano de 2021, às 16h30min, na sala de Abertura e de Licitações da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pato Branco - Estado do Paraná, localizada na Rua Paraná, nº 1605, Centro, CEP. 85.501-025 reuniram-se os membros da Comissão de Vistoria, que subscrevem a presente ata ao final, para certificarem a documentação da análise técnica da capacidade instalada da empresa VIEIRA E VIEIRA CLÍNICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA LTDA, CNPJ 11.524.073/0001-07, tem por objeto o chamamento para credenciamento de instituições privadas prestadoras de Serviços em Apoio a Diagnóstico e Terapia. Depois de acatado o Parecer Técnico emitido pela Comissão de Vistoria, nomeada pela Portaria 200/2021, registrou-se que a empresa VIEIRA E VIEIRA CLÍNICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA LTDA, CNPJ 11.524.073/0001-07, está apta a prestação de serviços. Encaminha-se para contratação a documentação da empresa VIEIRA E VIEIRA CLÍNICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA LTDA, CNPJ 11.524.073/0001-07, conforme quantidades, serviços e valores constantes na proposta. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão, que depois de lida e aprovada, foi assinada pelos participantes da sessão Gracieli Aniani Avila; Sabrina P. Rigon; Medianeira S. Pernanguá - Membros

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE REABERTURA - EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2021

O Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, torna pública a REABERTURA da Concorrência Pública Nº 01/2021, tipo menor preço por lote. Objeto: Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de elaboração, levantamento dos estudos de conservação do bem público e elaboração de projetos de obras de engenharia, obras de infraestrutura, edificações, estruturas, prevenção contra incêndio e projetos para reforma das edificações, bem como elaboração de projetos construtivos para obras novas, em todos os casos com elaboração de quantitativo de materiais e orçamento em planilhas e tabelas estabelecidas pela administração e fornecimento das respectivas responsabilidades técnicas pelos serviços elaborados, conforme termo de referência - Anexo I. Fica alterada a abertura dos envelopes para às 09:00 horas do DIA 03 DE JULHO DE 2021, na Sala de Licitações do Município de Coronel Vivida, Paraná, sito a Praça Angelo Mazzoni, nº 1. Fica alterado o valor máximo total para R\$ 1.137.200,00. O edital poderá ser retirado na sede do Município de Coronel Vivida, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou através do site www.coronelvivida.pr.gov.br. Informações: (41) 3332-8300. Coronel Vivida, 02 de junho de 2021. Dinara Mazzucato - Presidente da CPL.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
ATA DE PARECER TÉCNICO DE EMPRESA
ORTAC CLÍNICA DE ORTOPEDIA E ACUPUNTURA LTDA
CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2019

Aos 20 (vinte) dias do mês de maio do ano de 2021, às 16h00min, na sala de Abertura e de Licitações da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pato Branco - Estado do Paraná, localizada na Rua Paraná, nº 1605, Centro, CEP. 85.501-025 reuniram-se os membros da Comissão de Vistoria, que subscrevem a presente ata ao final, para certificarem a documentação da análise técnica da capacidade instalada da empresa: ORTAC CLÍNICA DE ORTOPEDIA E ACUPUNTURA LTDA, CNPJ 04.992.140/0001-44, tem por objeto o chamamento para credenciamento de instituições privadas prestadoras de Serviços em Apoio a Diagnóstico e Terapia. Depois de acatado o Parecer Técnico emitido pela Comissão de Vistoria, nomeada pela Portaria 200/2021, registrou-se que a empresa: ORTAC CLÍNICA DE ORTOPEDIA E ACUPUNTURA LTDA, CNPJ 04.992.140/0001-44, está apta a prestação de serviços. Encaminha-se para contratação a documentação da empresa: ORTAC CLÍNICA DE ORTOPEDIA E ACUPUNTURA LTDA, CNPJ 04.992.140/0001-44, conforme quantidades, serviços e valores constantes na proposta. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão, que depois de lida e aprovada, foi assinada pelos participantes da sessão Gracieli Aniani Avila; Sabrina P. Rigon; Medianeira S. Pernanguá - Membros

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2021 - PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA - PR
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO SAÚDE DE MANGUEIRINHA
CNPJ: 26.213.316/0001-55

CLÁUSULA PRIMEIRA - Constitui objeto deste termo aditivo o aumento do valor mensal que será pago pelos próximos 02 (dois) meses, para a contratada, no item nº 3 do referido contrato que trata do "incentivo para prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares, para atendimento de urgência/emergência, 24 horas/dia, de forma interrompida, a fim de atender os usuários do sistema único de saúde" em virtude da emergência da saúde pública que assola o município de Mangueirinha, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus COVID-19, Com fundamento na Lei nº 8.666/93, em seu artigo 65, inciso I, alínea b, no limite disposto no §1º.

VALOR- R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

RECURSOS FINANCEIROS - Os recursos financeiros para cobertura da alteração promovida por meio deste Termo Aditivo correrão a conta do Município de Mangueirinha, alocado na dotação 10.02.2035.3390.39 (421).

DATA DA ASSINATURA: 02 de junho de 2021.

Mangueirinha
PÚBLICO-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato Nº 2914/2021

Contratante: Município de Itapejara D'Oeste - PR
Contratado: Luciane Cirilo dos Santos - Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.414.172/0001 - 35.

Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de peças/materiais e prestação de serviços destinados a consertos e reparos em geral em ar condicionado dos veículos, ônibus, caminhões, vans e máquinas pesadas, pertencentes ao Município de Itapejara D'Oeste - PR, conforme objeto do Edital de Pregão Eletrônico Nº 016/2021.

Valor do Contrato: R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais).

Vigência: De 01 (primeiro) de Junho de 2021 até 01 (primeiro) de Junho de 2022.

Data do Contrato: 01 (primeiro) de Junho de 2021.

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato Nº 2915/2021

Contratante: Município de Itapejara D'Oeste - PR
Contratado: Paulo Camargo Ultra-som, Suprimentos e Equipamentos Médicos Eireli - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.134.634/0001 - 01.

Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de aparelho de ultrassom, para uso do Departamento Municipal de Saúde de Itapejara D'Oeste - PR, conforme objeto do Edital de Pregão Eletrônico Nº 017/2021.

Valor do Contrato: R\$ 135.000,00 (Cento e trinta e cinco mil reais).

Vigência: De 01 (primeiro) de Junho de 2021 até 01 (primeiro) de Dezembro de 2021.

Data do Contrato: 01 (primeiro) de Junho de 2021.

Município de Itapejara D'Oeste - Paraná - Ata nº 135/2021
DADOS DO LICITANTE

Nome: João Carlos da Silva, Matrícula 1111554 - Objeto de Licitação: Depto. de Saúde - Cargo ou função: Motorista. ACOMPANHANTES: Nelson D. A. Faria, Cereleza de Ávila, José T. F. Melo, Maria F. Oliveira, Khloren L. de Souza, e Agostinho Pedroni. DADOS DA VIAGEM: Data da Viagem, saída da 31/05/2021 às 08h30min e retorno da 31/05/2021 às 17h00. Destino: Cacerado. Valor de diárias: R\$ 125,00. Transporte utilizado: Onibus (carro oficial). Finalidade da viagem: Consulta. Objeto licita a serem visitados os eventos: CEOROC. Declara estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº 1.911/2020, que aprova o regulamento das licitações. Itapejara D'Oeste, 31/05/2021.

Município de Itapejara D'Oeste - Paraná - Ata nº 136/2021
DADOS DO LICITANTE

Nome: Rodrigo Salazar, Matrícula 1111554 - Objeto de Licitação: Depto. de Saúde - Cargo ou função: Motorista. ACOMPANHANTES: Nelson D. A. Faria, Cereleza de Ávila, José T. F. Melo, Maria F. Oliveira, Khloren L. de Souza, e Agostinho Pedroni. DADOS DA VIAGEM: Data da Viagem, saída da 31/05/2021 às 12h00min e retorno da 02/06/2021 às 20h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R\$ 125,00. Transporte utilizado: Onibus (carro oficial). Finalidade da viagem: Consulta. Objeto licita a serem visitados os eventos: Hospital do Câncer, Hospital São Vicente e Clínica Refe. Declara estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº 1.911/2020, que aprova o regulamento das licitações. Itapejara D'Oeste, 31/05/2021.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 769 de 4 de Junho de 2021. Declara Situação de Emergência no âmbito do município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, em decorrência da pandemia da COVID-19, conforme o disposto no artigo primeiro do Decreto nº 224/2020 e a seguinte situação: a) situação de emergência no âmbito do município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, em decorrência da pandemia da COVID-19, conforme o disposto no artigo primeiro do Decreto nº 224/2020 e a seguinte situação:

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
Ata Nº 01 do contrato nº 01/2021 - Pregão Eletrônico Nº 44/2021. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA. CONTRATADA: CORPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A. CNPJ nº 04.388.0001-66. Fomente a vigência do contrato por mais 12 meses, de 01 de junho de 2021 a 31 de maio de 2022. Fica mantido o valor mensal pago à CORPEL, atualizado nos termos da Lei nº 12.741/2012, referente ao mês de 2021, na ordem de 6,15%, passando o valor mensal a ser de R\$ 747,32. O valor total das alterações é de R\$ 8.567,84. Fomente a vigência das demais cobranças Coronel Vivida 25 de maio de 2021 Anderson Marquês Barreto, Prefeito.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
Estado do Paraná
MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ

Decreto 765/2021, de 31 de maio de 2021. Súmula: Altera o valor da despesa com a contratação de serviços de manutenção de equipamentos de informática, conforme a Lei nº 2.559/2017 e alterações contidas na Lei nº 2432/2018.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
PREGÃO Nº 44/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2021

Referente ao Edital: Pregão Eletrônico Nº 44/2021. Objeto: Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de manutenção de equipamentos de informática, atendendo as necessidades de todos os setores e departamentos da administração municipal. Prazo: 12 meses, de 11/05/2021 a 10/05/2022.

Município de Coronel Vivida - DETENTORAS

ATA DE REGISTRO	DETENTORAS	CNPJ nº	VALOR ESTIMADO
41/2021	DEVOPOTI & DEVOPOTI COMERCIO E REGISTRO DE PREÇOS LTDA	03.065.725/0001-32	4.009,99
42/2021	MOSELO PULS E REGISTRO DE PREÇOS LTDA	30.445.738/0001-32	50.400,00
43/2021	RECAPACAR MARIKAS LTDA	08.693.415/0001-38	11.639,00
44/2021	REGISTRO DE PREÇOS DE VAREJOS E RELOJOS LTDA	37.022.617/0001-09	434.500,00
45/2021	RELOJOS E RELOJOS DE VAREJOS E RELOJOS LTDA	37.022.617/0001-09	134.628,14

Coronel Vivida, 10 de maio de 2021. Anderson Marquês Barreto, Prefeito.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
PARECER E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2021

DATA: 14/05/21
DISPUTA: 14:30HS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE LIXEIRAS PARA INSTALAÇÃO NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR, conforme discriminado no objeto do presente edital.

DATA: 14/05/21
DISPUTA: 14:30HS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE LIXEIRAS PARA INSTALAÇÃO NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR, conforme discriminado no objeto do presente edital.

A publicação na íntegra dos atos acima estará disponível no seguinte endereço eletrônico: www.diariomunicipal.com.br/coronelvivida - edição de 04 de junho de 2021 - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2755/2017 e suas alterações.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
PARECER E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2021

DATA: 14/05/21
DISPUTA: 09:00HS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KIT DE CESTA BÁSICA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conforme discriminado no objeto do presente edital.

DATA: 14/05/21
DISPUTA: 09:00HS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KIT DE CESTA BÁSICA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conforme discriminado no objeto do presente edital.

A publicação na íntegra dos atos acima estará disponível no seguinte endereço eletrônico: www.diariomunicipal.com.br/coronelvivida - edição de 04 de junho de 2021 - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2755/2017 e suas alterações.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
PARECER E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2021

DATA: 14/05/21
DISPUTA: 08:00HS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PREÇOS NOVOS, CÂMERAS E PROTETORES PARA TODA A FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, conforme discriminado no objeto do presente edital.

DATA: 14/05/21
DISPUTA: 08:00HS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PREÇOS NOVOS, CÂMERAS E PROTETORES PARA TODA A FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, conforme discriminado no objeto do presente edital.

A publicação na íntegra dos atos acima estará disponível no seguinte endereço eletrônico: www.diariomunicipal.com.br/coronelvivida - edição de 04 de junho de 2021 - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2755/2017 e suas alterações.

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 75/2021
Modalidade de Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2021

O Município de Palmas, Estado do Paraná, TORNÁ PÚBLICO aos interessados que realizem processo de licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2021, conforme o tipo "MENOR PREÇO POR ITEM".

INÍCIO DA SESSÃO: 09:15 do dia 22/06/2021.

CREDECENCIAMENTO: Banco do Brasil www.licitacoes.com.br.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço por item (considerando o preço total do item, ou seja, a quantidade e o preço unitário), observadas as especificações técnicas descritas no Edital.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização do transporte escolar nas linhas nº 13 e 14 para condutores os alunos matriculados na rede pública municipal de ensino, conforme especificações do edital e seus anexos.

Retirada do edital: Local para informações: Divisão de Licitações - Avenida Cleveland, nº 521, Centro, Palmas - PR, telefone: (41) 3263-7000 - Site: www.empr.pr.gov.br e www.licitacoes.com.br.

Palmas, 02/06/2021

Kesom Parayoti Nicolau
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato Nº 2916/2021

Contratante: Município de Itapejara D'Oeste - PR
Contratado: Clínica Médica Stecca Ltda - Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.716.878/0001 - 26.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos hospitalares de Clínica Geral, para atendimento de urgência e emergência na sede da Unidade Municipal de Saúde do Município de Itapejara D'Oeste - PR, conforme objeto do Edital de Pregão Eletrônico Nº 024/2021.

Valor do Contrato: R\$ 467.838,28 (Quatrocentos e sessenta e sete mil, oitocentos e trinta e oito reais e vinte e oito centavos).

Vigência: De 02 (dois) de Junho de 2021 até 02 (dois) de Junho de 2022.

Data do Contrato: 02 (dois) de Junho de 2021.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 5.767, DE 2 DE JUNHO DE 2021

LEI Nº 5.767, DE 2 DE JUNHO DE 2021

Autoriza a contratação temporária em caráter emergencial através de Processo Seletivo Super Simplificado de Farmacêuticos, Atendentes de Farmácia, Fisioterapeutas e Motoristas, no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no art. 37, IX, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 60, de 17 de julho de 2014, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar pessoal para os empregos públicos definidos a seguir:

Emprego Público	Nº de vagas	Carga Horária Semanal	Salário (R\$)
Farmacêutico	5	40h	4.187,83
Atendente de Farmácia	5	40h	1.638,85
Fisioterapeuta	4	20h	2.975,80
Motoristas	6	40h	1.630,97

Art. 2º As contratações autorizadas por esta Lei servirão para garantir o suprimento de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e os contratos poderão ser celebrados pelo prazo de até 1 (um) ano, mediante a realização de Teste Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação.

§ 1º O Processo Seletivo Simplificado será feito por uma Comissão nomeada pelo Poder Executivo Municipal para tal fim.

§ 2º As condições, prazos, exigências e critérios para a seleção, bem como as atribuições previstas para a função, constarão no Edital do Processo Seletivo.

§ 3º Os contratados terão seu vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Art. 3º A contratação autorizada pela presente lei poderá ser rescindida antes do término do prazo de sua vigência, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 2 de junho de 2021.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

REPUBLICADO POR ERRO MATERIAL

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador: E5FBE1AC

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 08/06/2021. Edição 2279

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2021
PROCESSO Nº 82/2021

O Município de Pato Branco, UASG 450996, através da pregoeira Denise Aparecida Mussini, designada pela Administração Municipal através da Portaria nº 252/2021, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, destinado a participação exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e produtor rural, objetivando a implantação de registro de preços para futura e fracionada aquisição de produtos de copa, cozinha, higiene e limpeza, para atender às necessidades de todas as Secretarias, Entidades e Departamentos da Administração Municipal, conforme especificações e quantidades estabelecidas no edital, sendo a licitação do tipo "menor preço", com critério de julgamento "menor preço por item", em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 8.574, de 01 de novembro de 2019, Decreto Municipal nº 5.081, de 02 de janeiro de 2007 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, Decreto nº 8.441, de 08 de janeiro de 2019 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 suas alterações e demais legislações pertinentes à matéria. O preço máximo admitido para cotação global do presente objeto é de R\$ 163.714,73 (Cento e sessenta e três mil, setecentos e catorze reais e setenta e três centavos). O recebimento das propostas, documentos de habilitação, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: <https://www.gov.br/compras>, horário oficial de Brasília - DF, conforme segue: A SESSÃO PÚBLICA SE INICIARÁ ÀS 09 HORAS DO DIA 25 DE JUNHO DE 2021. O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto à Divisão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Pato Branco, no horário de expediente, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, ou pelos sites: <https://www.patobranco.pr.gov.br> e <https://www.gov.br/compras>. Demais informações, fones: (46) 3220-1511/1534/1541, e-mail: licita2@patobranco.pr.gov.br, Pato Branco, 07 de junho de 2021. Denise Aparecida Mussini - Pregoeira.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Termo de Aditamento nº 01/2021 - Contrato de Prestação de Serviços nº 74/2020/GP. Pregão Eletrônico nº 37/2020 - Processo nº 76/2020. PARTES: Município de Pato Branco e Eugenio & Marques Ltda-EPP. OBJETO: a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças, para os equipamentos utilizados no Setor de Radiologia da Unidade de Pronto Atendimento Municipal - UPA24H e Setor de Radiologia da Unidade Central de Saúde, sendo: 1 aparelho de raio-X marca PHILIPS modelo COMPACTO PLUS; 1 equipamento CR REGIUS SIGMA 2+DRY PRO 873, e 1 aparelho de raio-X marca SAAWEI modelo ALTUS ST, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pato Branco, conforme solicitação apresentada no protocolo nº 434051/2021. ADITAMENTO: Do Prazo Com base na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, especialmente em seu Art. 57, inciso II, as partes pactuam prorrogação do prazo de vigência contratual de 02 de junho de 2021 até 02 de junho de 2022. Do Valor O valor permanece inalterado, ou seja, O valor certo e ajustado para a execução do presente contrato é de R\$ 4.708,33 (quatro mil setecentos e oito reais e trinta e três centavos), mensal, totalizando R\$ 56.500,00 (cinquenta e seis mil e quinhentos reais). Dotação Orçamentária Para suporte da despesa será utilizada a seguinte Dotação Orçamentária 08.01 - 37 - Fonte - 404 - Ação - 2.278 - Despesa - 2693 - Desdobramento - 11709. Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 31 de Maio de 2021. Robson Cantu - Prefeito. Edilaine Cavalcante de Moraes - Representante Legal.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Termo de Aditamento nº 10/2021 - Contrato nº 134/2018 GP. Concorrência nº 15/2018, Processo nº 113/2018. PARTES: Município de Pato Branco e M S Klauzeck & Cia Ltda-EPP. OBJETO: A execução dos serviços, sob regime de empreitada global, de pavimentação asfáltica e execução de passeios na Travessa Escolástica Taito, construção de passagem sobre o Rio Rigeiro para ligação da Travessa Escolástica Taito a Avenida da Inovação e a execução de passeios na Avenida da Inovação, Avenida Tupi e Rua Assis Brasil, no Município de Pato Branco, em atendimento ao Contrato de Repasse nº 845753/2017/MCIDADES/CAIXA - Processo nº 2608.1040335-41/2017, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Pato Branco, objetivando a execução de ações relativas ao Planejamento Urbano, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras. Do Prazo: Com base na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, especialmente em seu Artigo 57, § 2º, bem como justificativa e solicitação levada a termo no protocolo administrativo nº 434223/2021 pela Secretaria Municipal de Engenharia e Obras, as partes pactuam a prorrogação do prazo de execução até 04 de julho de 2021 e vigência contratual até 03 de Setembro de 2021. Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 02 de Junho de 2021. Robson Cantu - Prefeito. Marcio Santos Klauzeck - Representante Legal.

Nº	PORTARIA	NOME	ASSUNTO	DATA
712		SILVANA APARECIDA DOS SANTOS	APRESENTAÇÃO PATOPREV	24/05/2021
713		VALMOR ALVES	APRESENTAÇÃO PATOPREV	24/05/2021
714		NEIVA APARECIDA PEREIRA	APRESENTAÇÃO PATOPREV	24/05/2021
715		VERA FÁTIMA DOS PASSOS	APRESENTAÇÃO PATOPREV	24/05/2021
745		MARCIA ANTUNES DA ROCHA	CONFERE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO	01/06/2021
745		ULIANA KOSIKEN DOS SANTOS MARIANO	DISPENSA A PEDIDO DE EMPREGO PÚBLICO	01/06/2021
747		JOVANA APARECIDA GÖRGEN	RELAUDATÓRIA	01/06/2021
748		JOVANA APARECIDA GÖRGEN	DISPENSA A PEDIDO DE EMPREGO PÚBLICO	01/06/2021

A publicação na íntegra do (s) ato (s) acima encontra (encontram) disponível (s) no seguinte endereço eletrônico: www.diariodosudeste.com.br - Edição do dia 08 de junho de 2021, respectivamente, conforme Lei Complementar nº 79, de 09 de julho de 2017.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Termo de Aditamento nº 05/2021 - Contrato de Prestação de Serviços nº 141/2018/GP. Inexigibilidade nº 04/2018, Processo nº 194/2018. PARTES: Município de Pato Branco e Casa de Apoio Viver Bem Ltda - ME. OBJETO: a contratação de entidade para prestação de serviço de acolhimento institucional de pessoa com deficiência, a fim de acolher a jovem Tamara Luiza Rocha Tetila, sem familiares ou outros responsáveis em condições de recebê-la, conforme Ofício nº 1699/2018, proveniente do Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Pato Branco/PR, atendendo às necessidades da Secretaria de Assistência Social, conforme solicitação e justificativa levada a termo no protocolo nº 433279/2021. ADITAMENTO: Cláusula Primeira - Do Prazo Com base na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, especialmente em seu Art. 57, inciso II, as partes pactuam a prorrogação do prazo contratual para mais 06 (seis) meses, que terá início em 01 de junho de 2021 até 01 de dezembro de 2021. - Do Valor Conforme cláusula Oitava Inciso I e II o valor sofrerá reajuste parcial do IGP - M com índice de 7,59%, ou seja, o valor mensal a ser pago é de R\$ 2.805,44 (dois mil, oitocentos e cinco reais e cinquenta centavos) - Da Dotação Para suporte da despesa será utilizada a seguinte Dotação Orçamentária: 09.04 Fundo Municipal de Assistência Social - Fonte 0 - Ação 2209 - Despesa 2123 - Desdobramento 3030. Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 01 de Junho de 2021. Robson Cantu - Prefeito. Andréia Aparecida da Silva - Representante Legal.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Termo de Aditamento 01/2021. Ata de Registro de Preços nº 427/2020. Pregão Eletrônico nº 82/2020, Processo nº 173/2020. PARTES: Município de Pato Branco e Tottal Sinalização Ltda. OBJETO: A Implantação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de placas e materiais destinados para a sinalização viária vertical e horizontal, objetivando a recuperação e readequação do sistema viário, atendendo às necessidades do Departamento de Trânsito (DEPATRAN), pertencente à Secretaria de Engenharia e Obras do Município de Pato Branco - PR. Conforme Lei 8.666, Art. 65, II, "d" e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Engenharia e Obras do Município de Pato Branco - PR, através do protocolo 430719/2021, as partes pactuam recomposição de valor inicialmente contratado. As demais condições constantes da Ata permanecem vigentes e inalteradas. Pato Branco, 01 de Junho de 2021. Robson Cantu - Prefeito Municipal. Filipe de Oliveira Mattos - Representante Legal.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Dispensa de Licitação nº 33/2021, Processo nº 81/2021. PARTES: Município de Pato Branco e GIMAX3D EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E MATERIAIS PLÁSTICOS LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de duas impressoras 3D, GIMAX A1V2, com software de fatiamento Simplify3D, com fornecimento de filamentos PLA (polilactido láctico), atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação VALOR R\$ 17.497,29 DOT. ORÇ: 17-04 Secretarias Municipal de Ciência e Tecnologia e Inovação - 195730025 Desenvolvimento Econômico e Tecnológico 195730025 2.260900 - Manter atividades do Departamento de Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e In - 4.490.52.00 - Equipamentos e Material Permanente - (2527 - 15312) DISPENSA DE LICITAÇÃO: De acordo com a Lei 8.666/93, em seu artigo 24, inciso II Pato Branco, 07 de Junho de 2021. Robson Cantu - Prefeito. Gilas Cesar Balbinotti, Secretário de Ciência e Tecnologia e Inovação

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO, EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 5/2021, Processo nº 527/2021. O Município de Maripolis, através do Senhor Prefeito Municipal Mario Eduardo Lopes Paulek, e da Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº 32/2021 de 11 de Janeiro de 2021, torna público aos interessados, que até o dia 09 de JULHO de 2021, às 09h00 (NOVE) horas, estará recebendo, no Protocolo de Licitação da Prefeitura Municipal de Maripolis, os Envelopes contendo a Documentação de Habilitação e Proposta da Preços do Edital de Concorrência nº 5/2021, que tem por objeto a alienação do bem imóvel público, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 18/2021, sendo a licitação do tipo "MAIOR OFERTA". A licitação será regida pela Lei nº 8.666/93, suas posteriores alterações e demais legislações pertinentes. O inteiro teor do ato convocatório e seus anexos estarão à disposição dos interessados, a partir desta data, junto à Comissão Permanente de Licitação no telefone 046-3226-8100, na Prefeitura Municipal de Maripolis, no horário de expediente, na Rua Seis, nº 1030, centro, em Maripolis-PR, pelo e-mail maripolis@maripolis.pr.gov.br, no Portal Transparência do Município ou pelo site www.maripolis.pr.gov.br, na aba licitações. Maripolis, 07 de Junho de 2021. Mario Eduardo Lopes Paulek - Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS
Decreto Nº 67/2021 - Data: 07/06/2021
Sinalizações Oídrias Adicionais Suplementar no Orçamento do Município de Maripolis, para o exercício de 2021.
Aplicação da entrega do ato acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: www.diariodosudeste.com.br, edição do dia 08/06/2021, respectivamente, conforme Lei Autárquica nº 66/2012 de 25/01/2012

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 5767, DE 2 DE JUNHO DE 2021

Autoriza o Executivo Municipal a contratar servidor por prazo determinado para a realização de testes de simulação de FLS. A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica Autorizado o Executivo Municipal a contratar servidor por prazo determinado de até 12 (doze) meses, para a realização de testes de simulação de FLS, para atender a Procuradoria Geral do Município, conforme especificações a seguir:
Art. 2º O contrato de trabalho terá seu vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 2 de junho de 2021.
ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

• REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 5767, DE 2 DE JUNHO DE 2021

Autoriza o pagamento de verba indenizatória empresarial e temporária para servidores públicos que estiverem atuando em combate à Pandemia da COVID-19. A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica Autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar o pagamento de verba indenizatória e temporária aos servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde ou designados mediante Portaria para o exercício de atividades de combate à Pandemia da COVID-19.
Art. 2º A verba indenizatória de caráter temporário de que trata esta Lei é fixada no valor mensal de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a serem pagos na forma de pagamento dos servidores públicos que fizerem jus ao seu recebimento e não serão de base de cálculo para a contribuição previdenciária.
Art. 3º A autorização para pagamento da verba indenizatória e temporária terá prazo de validade de 12 (doze) meses, contados retroativamente à data da publicação desta Lei, com início em 01 de janeiro de 2021, prorrogáveis na hipótese de haver dependências administrativas mediante ato próprio do Chefe do Poder Executivo.
Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Saúde examinar as solicitações de pagamento de verba indenizatória e temporária aos servidores que estiverem exercendo as atividades de combate à Pandemia da COVID-19.
Parágrafo Único. Compete ao Prefeito Municipal autorizar o Departamento de Recursos Humanos a realizar o pagamento da verba indenizatória de que trata esta Lei, mediante publicação de Portaria com a relação dos servidores beneficiários.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 2 de junho de 2021.
ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

• REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 5767, DE 2 DE JUNHO DE 2021

Autoriza a contratação temporária de servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde ou designados mediante Portaria para o exercício de atividades de combate à Pandemia da COVID-19. A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica Autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar o pagamento de verba indenizatória e temporária aos servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde ou designados mediante Portaria para o exercício de atividades de combate à Pandemia da COVID-19.
Art. 2º A verba indenizatória de caráter temporário de que trata esta Lei é fixada no valor mensal de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a serem pagos na forma de pagamento dos servidores públicos que fizerem jus ao seu recebimento e não serão de base de cálculo para a contribuição previdenciária.
Art. 3º A autorização para pagamento da verba indenizatória e temporária terá prazo de validade de 12 (doze) meses, contados retroativamente à data da publicação desta Lei, com início em 01 de janeiro de 2021, prorrogáveis na hipótese de haver dependências administrativas mediante ato próprio do Chefe do Poder Executivo.
Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Saúde examinar as solicitações de pagamento de verba indenizatória e temporária aos servidores que estiverem exercendo as atividades de combate à Pandemia da COVID-19.
Parágrafo Único. Compete ao Prefeito Municipal autorizar o Departamento de Recursos Humanos a realizar o pagamento da verba indenizatória de que trata esta Lei, mediante publicação de Portaria com a relação dos servidores beneficiários.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 2 de junho de 2021.
ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

• REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

AVISO ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO 046/2021
OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de uniformes esportivos sob medida e materiais esportivos para o Departamento de Esporte. O Município de Renascença, estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 76.205.681/0001-96, com sede à Rua Getúlio Vargas, nº 901, centro, torna público que:
1) Fica ALTERADA a data prevista para abertura e julgamento das propostas e início da sessão de disputa de acordo como segue:

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 21 de junho de 2021 às 08h00min.
UASG: 9878099 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA
LOCAL: www.comprasnet.gov.br

2) Permanecerá inalteradas as demais condições do edital.
Renascença, 07 de junho de 2021.
LUCIANE ELOISE LUBCZYK
Pregoeira

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 066/2018
(Vinculado ao Pregão Presencial nº 036/2018)

CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: Sander Bueno Roberti
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 de junho de 2021.
FORO: Comarca de Marreleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 02 de junho de 2021.
IDALIR JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 650/2021
(Vinculado a Dispensa por Limite nº 021/2021)

CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: Inviolável Renascença Ltda
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento dos videomais de alarme das secretarias municipais.
VALOR TOTAL: R\$ 16.766,40 (dezesseis mil setecentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos)
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 07 de junho de 2021.
FORO: Comarca de Marreleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 07 de junho de 2021.
IDALIR JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 066/2018
(Vinculado ao Pregão Presencial nº 036/2018)

ITEM	UNID.	MAIOR	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	PLACARDA	PLACARDA 30x40 CM, 100g, 100 unidades	1,00	100,00
02	BOLETO	BOLETO 10x15 CM, 100g, 100 unidades	0,50	50,00

VALOR ESTIMADO TOTAL: R\$ 150,00
LUCIANE ELOISE LUBCZYK
Pregoeira



Pesquisar Matéria Legislativa

[Pesquisa Textual](#)

[Adicionar Matéria Legislativa](#)

[Fazer nova pesquisa](#)

Pesquisa concluída com sucesso! Foi encontrada 1 matéria.

Resultados

[PLO 98/2021 - Projeto de Lei Ordinária](#) (III)

Ementa:

Autoriza a contratação temporária em caráter emergencial através de Processo Seletivo Super Simplificado de Farmacêuticos, Atendentes de Farmácia, Fisioterapeutas e Motoristas, no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências.

Apresentação: 26 de Maio de 2021

Processo: 98 / 2021

Protocolo: 1365/2021 **Data Entrada:** 26 de Maio de 2021

Autor: Robson Cantu 2021 a 2024 - Prefeito

Localização Atual: ARQUIVO - ARQ

Status: Sancionada

Data Fim Prazo (Tramitação):

Data Votação: [31 de Maio de 2021](#)

[2 de Junho de 2021](#)

Data da última Tramitação: 2 de Junho de 2021

Última Ação: SANÇÃO: Lei nº 5.767, de 2 de junho de 2021. PUBLICAÇÃO: Publicada na página B4 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 7902, de 3 e 4 de maio de 2021 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 4/6/2021. Edição nº 2277. Republicada, por erro material, na página B3 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 7904, de 8 de junho de 2021 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 8/6/2021. Edição nº 2279.

Matéria Anexada: [Parecer Comissão Orçamento e Finanças nº 51 de 2021](#) **Data Anexação:** 27 de Maio de 2021

Matéria Anexada: [Parecer Comissão Justiça e Redação nº 35 de 2021](#) **Data Anexação:** 27 de Maio de 2021

Matéria Anexada: [Parecer Comissão Políticas Públicas nº 17 de 2021](#) **Data Anexação:** 28 de Maio de 2021

Documentos Acessórios: [5](#)

[Texto Original](#)

Norma Jurídica Vinculada: [Lei Ordinária nº 5.767, de 02 de junho de 2021](#)

Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e aberto. Release: 3.1.162-RC8

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons](#) 4.0

[Atribuir Fonte - Compartilhar Igual](#)

Câmara Municipal de Pato Branco

Rua Arariboia, 491

CEP: 85501-262 | Telefone: (46) 3272-1500

[Site](#) | [Fale Conosco](#)